



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

do INE

DESTAQUE

Informação à
Comunicação Social

4 de Fevereiro de 2002

CENSOS 2001

Análise de População com Deficiência

Resultados Provisórios

A disponibilização destes resultados provisórios dos Censos 2001 sobre a população com deficiência surge na sequência de uma solicitação de informação por parte de entidades governamentais e também não governamentais com particulares responsabilidades na problemática da Deficiência e Reabilitação.

Face à constatação de que os resultados agora disponibilizados apresentavam uma consistência técnica semelhante aos provisórios disponibilizados em 17 de Janeiro p.p., optámos por divulgá-los de modo a estarem disponíveis para todos os utilizadores estatísticos.

A análise não contém quaisquer elementos sobre a evolução da população com deficiência, em virtude de não haver resultados censitários exaustivos desde 1960.

Salientamos, também, que as respostas sobre a deficiência e grau de incapacidade obtidas nos Censos 2001 resultam sobretudo da autoavaliação de cada respondente em relação aos tipos de deficiência inscritos nos respectivos questionários. Mesmo nas situações em que as respostas dos questionários foram preenchidas pelos recenseadores na sequência de entrevista directa e não de autopreenchimento dos questionários pelos respondentes, a resposta baseia-se na autopercepção que cada pessoa tinha em relação às suas características individuais ou dos membros da família em relação aos quais estava a prestar informações.

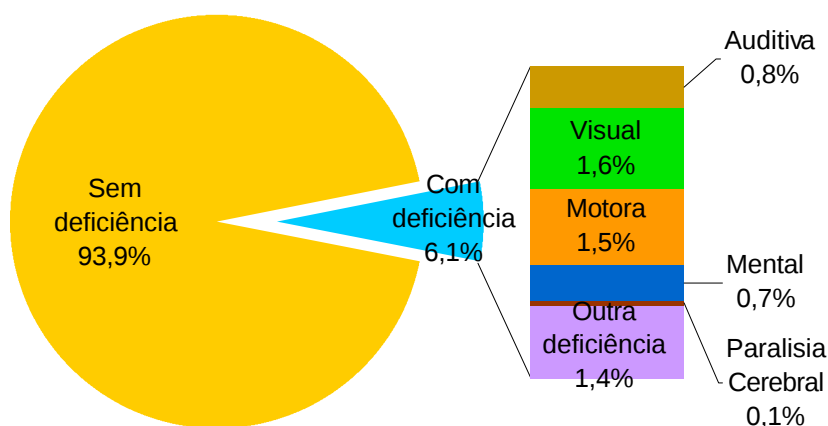
Os resultados que são objecto da presente análise estão disponíveis em www.ine.pt, Infoline, a partir desta data e sob a forma dos quadros P9 e P10.

População com Deficiência

⇒ Taxa de Incidência

O número de pessoas com deficiência recenseadas em 12 de Março de 2001 cifrou-se em 634 408, das quais 333 911 eram homens e 300 497 eram mulheres, representando 6,1% da população residente (6,7% da população masculina e 5,6% da feminina).

Figura 1 – População sem deficiência e com deficiência segundo o tipo, Portugal 2001



Desagregando por tipos de deficiência, pode verificar-se que a taxa de incidência da **deficiência visual** era a mais elevada representando 1,6% do total de população, com a mesma proporção entre homens e mulheres. Os indivíduos com **deficiência auditiva** registavam uma percentagem mais baixa (0,8%), também com valores relativos muito semelhantes entre os dois sexos: 0,9% de homens e 0,8% de mulheres.

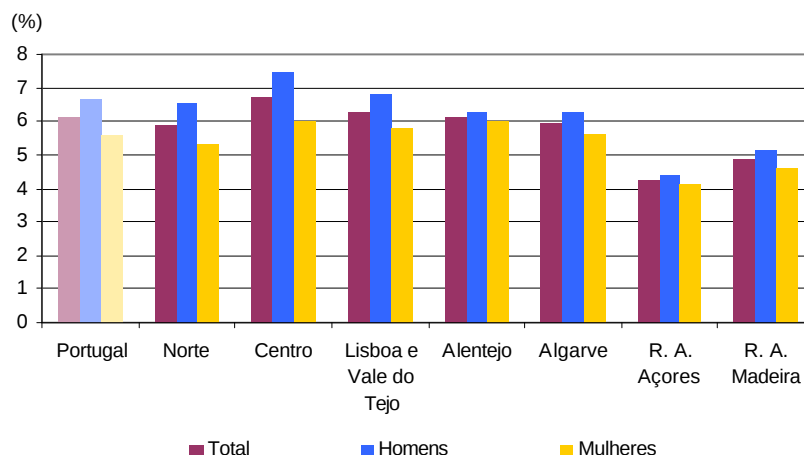
A **deficiência motora** registou valores mais diferenciados entre os dois sexos, pois, enquanto nas mulheres esta proporção foi de 1,3%, nos homens elevou-se a 1,8%; no conjunto da população a proporção de indivíduos com alguma deficiência deste tipo cifrou-se em 1,5%.

A população com **deficiência mental** situou-se nos 0,7%, representando 0,8% na população masculina e 0,6% na população feminina.

A **paralisia cerebral** foi o tipo de deficiência com a menor incidência na população recenseada, ligeiramente superior entre a população masculina.

O conjunto das **outras deficiências**, que inclui as não consideradas em qualquer dos outros tipos, cifrou-se em 1,4% do total de indivíduos, 1,6% nos homens e 1,2% nas mulheres.

Figura 2 – Taxas de Incidência de deficiência segundo o sexo, Portugal e NUTS II, 2001



O Centro detinha a taxa de incidência mais elevada (6,7%), contrapondo-se à Região Autónoma dos Açores que registou a mais baixa (4,3%), logo seguida da Madeira com 4,9%. Em Lisboa e Vale do Tejo observou-se a segunda taxa mais elevada (6,3%), enquanto o Norte (5,9%), o Algarve (6,0%) e o Alentejo (6,1%) se encontravam muito próximos do valor encontrado para o País.

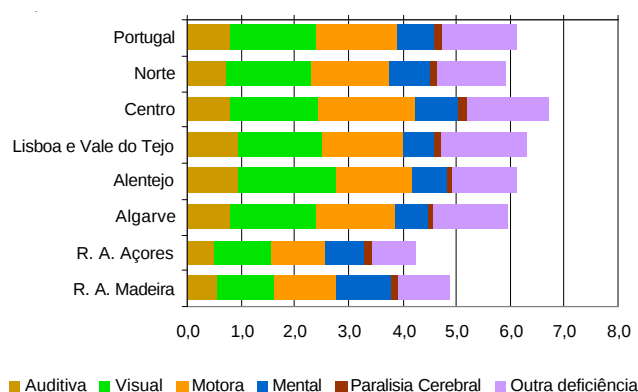
As taxas de incidência do sexo masculino são mais elevadas que as do sexo feminino em todas as regiões do País, destacando-se o Centro com a maior diferença (7,4% contra 6,0% do sexo feminino) e a Região Autónoma dos Açores com a menor (4,4% entre a população masculina e 4,1% entre a população feminina).

Esta análise pode ser confirmada pela relação de masculinidade¹ entre a população com deficiência, que é inferior a 100 apenas na Região Autónoma da Madeira (98,8) e no Alentejo (99,9), sendo mais elevada no Norte (114,5) e no Centro (114,2).

O predomínio da população masculina é bem evidente em quase todos os tipos de deficiência, sobretudo entre as pessoas com deficiência motora (131,7 homens por 100 mulheres em Portugal), facto que não se verifica, no entanto, entre a população com deficiência visual, cuja relação é de 90,7 em Portugal.

A taxa de incidência das deficiências visual, motora e outra deficiência registaram os valores mais elevados em todas as regiões do País. Por outro lado, as taxas de incidência da paralisia cerebral mantêm um valor idêntico em todas as NUTS II (entre 0,1 e 0,2%).

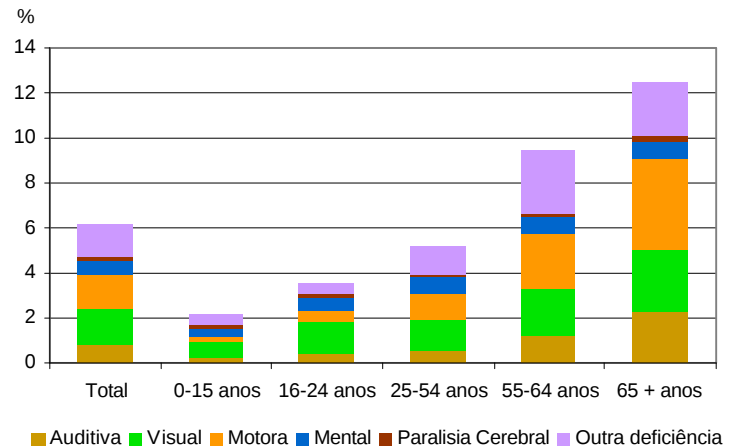
Figura 3 – Taxas de Incidência de deficiência segundo o tipo, Portugal e NUTS II 2001



¹ Relação entre o número de efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino

A análise segundo a estrutura etária permite evidenciar que a taxa de incidência agrava-se com a idade: no grupo de população mais jovem (menos de 16 anos) aquela era cerca de 1/3 mais baixa que os 6,1% encontrados para o conjunto da população (2,2%), enquanto no grupo dos idosos a taxa era mais do dobro da nacional (12,5%). A deficiência visual, a motora e as classificadas como outra são as principais responsáveis pelo aumento da taxa de incidência nas idades mais elevadas.

Figura 4 – Taxas de incidência de deficiência segundo o tipo, por grupos etários, Portugal 2001



A distribuição percentual do total de pessoas com deficiência segundo o tipo por idades, revela que a importância relativa da paralisia cerebral é bastante superior entre a população jovem e que vai perdendo importância nas idades mais elevadas. Por exemplo, entre a população deficiente com menos de 16 anos a importância relativa dos indivíduos com paralisia cerebral era de 17,5%, representando mais 11,4 pontos percentuais que a proporção do total de pessoas com deficiência com a mesma idade (6,1%); em contrapartida no grupo dos 65 ou mais anos a mesma diferença era de -6.0 pontos percentuais.

Por outro lado, verifica-se que a importância relativa das deficiências auditivas e motoras aumenta consoante a idade dos indivíduos, bem visível no grupo da população idosa.

Considerando ainda a distribuição percentual dos diversos tipos de deficiência verifica-se, que na população até aos 64 anos, a maior proporção de pessoas com deficiência pertencia ao sexo masculino (especialmente entre os grupos de idade mais jovens); no entanto, entre a população idosa a maior percentagem de pessoas com deficiência passa a pertencer ao sexo feminino. Este facto é resultante da própria estrutura etária da população residente, ou seja, entre a população idosa o número de mulheres é bastante superior ao de homens, consequência de dois fenómenos demográficos: a maior longevidade das mulheres e a sobremortalidade masculina.

Figura 5 – Distribuição percentual da deficiência segundo o tipo, por grupos etários, Portugal 2001

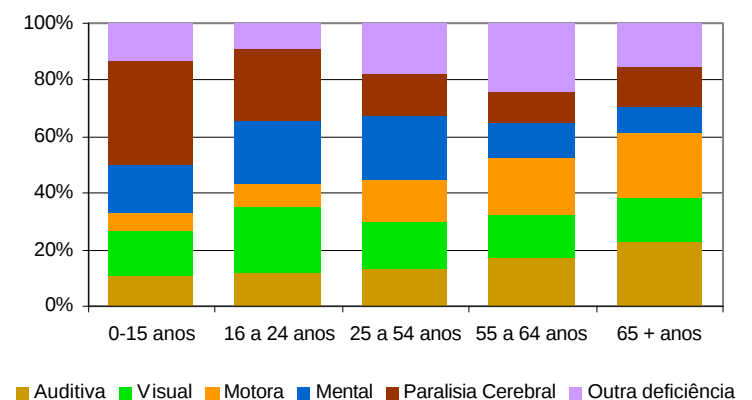
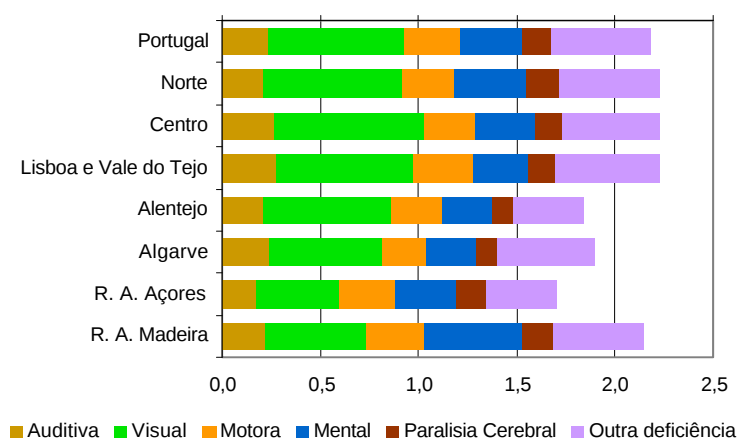


Figura 6 – Taxas de Incidência de deficiência segundo o tipo nos 0-15 anos, Portugal e NUTS II 2001



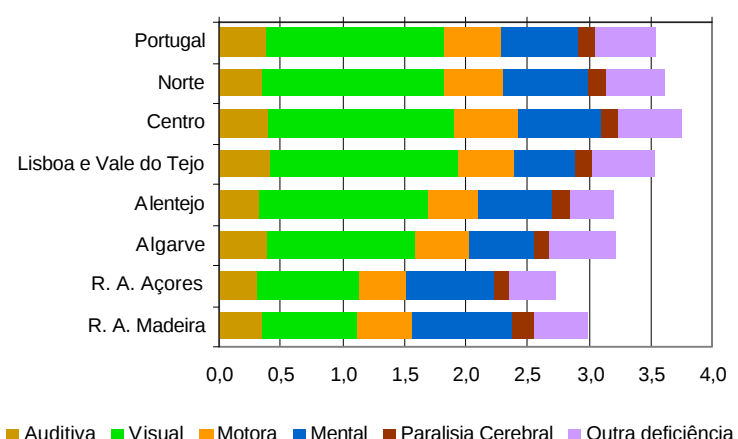
As taxas mais elevadas no grupo etário dos 0 aos 15 anos respeitavam à deficiência visual (oscilavam entre os 0,4% na Região Autónoma dos Açores e os 0,8% no Centro) e à outra deficiência, com 0,5% em praticamente todas as NUTS II.

As diferenças entre sexos assumem maior relevo na população com deficiência mental, cuja relação de masculinidade encontrada para o total do País é de 151,8 homens por 100 mulheres, e na outra deficiência 147,3. Ao contrário, a mesma relação na população com deficiência visual regista rácios ligeiramente superiores nas mulheres na generalidade das regiões.

No grupo etário dos 16 aos 24 anos, a taxa de incidência da deficiência visual assume igualmente o valor mais elevado em todas as regiões, seguida da taxa da deficiência mental e da outra deficiência.

Nestas idades, as relações de masculinidade entre a população com deficiência são superiores às observadas entre a população do grupo etário anterior (0-15 anos) excepto na Região Autónoma dos Açores.

Figura 7 – Taxas de Incidência de deficiência segundo o tipo nos 16-24 anos, Portugal e NUTS II 2001

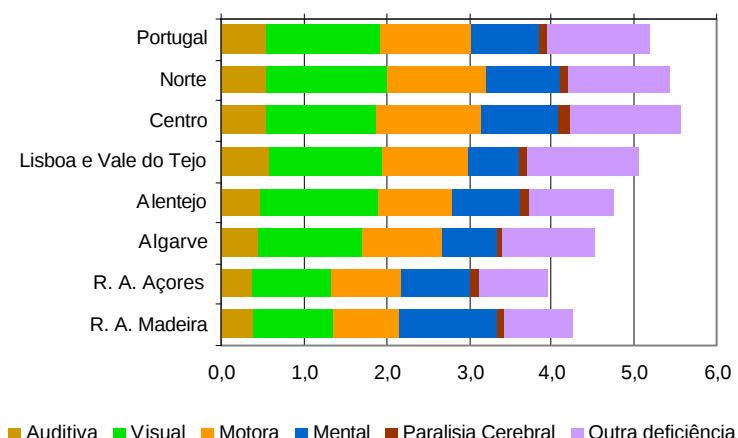


As pessoas com deficiência motora e com outra deficiência registaram as maiores diferenças entre os sexos, com relações de masculinidade, a nível nacional, de 189,9 e 174,1 respectivamente. Na Região Autónoma dos Açores e no Norte observaram-se relações de masculinidade superiores a 200 no que se refere à população com deficiência motora.

No conjunto da população com 25-54 anos, a taxa de incidência da deficiência motora atingiu cerca de 1% da população em qualquer das NUTS II (valor significativamente superior ao encontrado para os grupos etários anteriores).

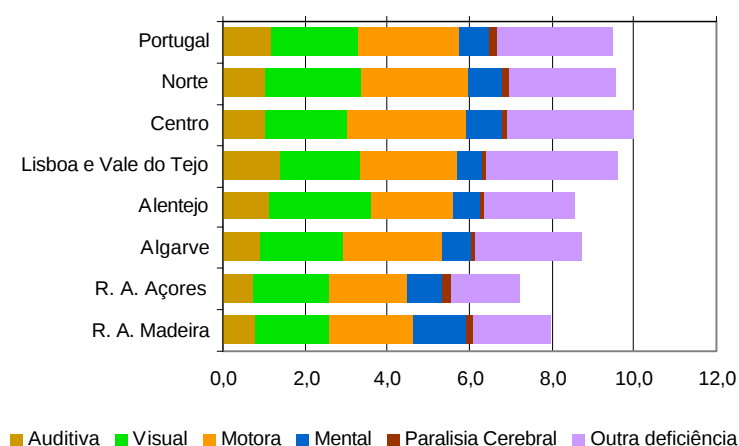
Nestas idades a população com deficiência visual e com outro tipo de deficiência observavam valores idênticos, oscilando entre 0,8% e 1,5% nas diferentes regiões.

Figura 8 – Taxas de Incidência de deficiência segundo o tipo nos 25-54 anos, Portugal e NUTS II 2001



Este é o grupo onde a relação de masculina é máxima entre o total da população com deficiência: 138 homens por cada 100 mulheres. As pessoas com deficiência motora registaram as maiores disparidades entre sexos, observando-se relações de masculinidade superiores a 200 na generalidade das regiões, excepto em Lisboa e Vale do Tejo (187,6). Entre a população com deficiência mental a relação de masculinidade é também elevada, sobretudo no Algarve (171,3).

Figura 9 – Taxas de Incidência de deficiência segundo o tipo nos 55-64 anos, Portugal e NUTS II 2001



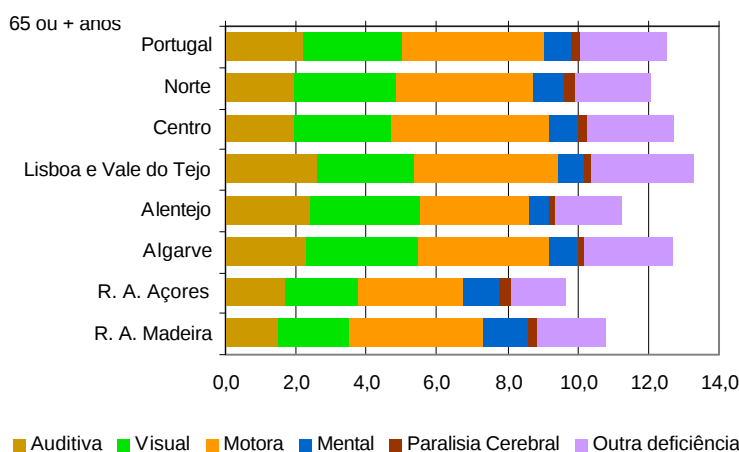
No grupo dos 55-64 anos, a população com outra deficiência registava a taxa de incidência mais elevada (entre os 1,7% na Região Autónoma dos Açores e os 3,1% no Centro), logo seguida da verificada na deficiência motora (entre 1,9% e 2,9%, respectivamente). A deficiência visual registava igualmente taxas de incidência significativas: entre os 1,8% nas regiões autónomas e 2,4% no Alentejo.

Neste grupo etário, a relação de masculinidade da população com deficiência é inferior a 100 na Região Autónoma da Madeira (85,1), enquanto

nas restantes regiões do País esta relação assume valores bastante inferiores aos dos outros grupos etários, reflectindo já os efeitos da estrutura populacional anteriormente referidos. As maiores diferenças entre os sexos, observam-se entre as pessoas com deficiência motora, em todas as NUTS II, e com deficiência auditiva no Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo).

É entre a população idosa que incidem as maiores taxas de deficiência, como já foi anteriormente apontado. Nesta população a deficiência motora assume a taxa mais elevada com valores entre os 3,0% na Região Autónoma dos Açores e os 4,5% no Centro. As pessoas com deficiência visual, auditiva e com outra deficiência registam igualmente taxas muito elevadas.

Figura 10 – Taxas de Incidência de deficiência segundo o tipo nos 65 + anos, Portugal e NUTS II 2001



Este é o grupo da população onde se observam as taxas de incidência mais elevadas em qualquer dos tipos de deficiência, com excepção da deficiência mental cuja taxa é semelhante em todos os grupos de idade.

Entre a população idosa a relação de masculinidade é quase sempre inferior a 100, reflectindo a superioridade numérica das mulheres, quer na população total, quer na população com deficiência. Ainda assim, comparando a estrutura da população feminina idosa total e da idosa com deficiência, verifica-se que os homens com deficiência são proporcionalmente em número mais elevado que as mulheres. Nas pessoas com deficiência mental observam-se as maiores disparidades entre os sexos, cujos rácios variam entre os 41,6 homens na Região Autónoma dos Açores e os 68,0 no Centro. A população com paralisia cerebral no Alentejo e no Algarve constituem a excepção, com relações de masculinidade de 116,7 e 165,8.

Entre a população com deficiência o índice de envelhecimento² é cerca de 5,5 vezes superior ao da população total. Enquanto a relação entre idosos e jovens na população total é de 95 indivíduos na população com deficiência é de 547. Assim, é nas regiões mais envelhecidas que se registam os índices de envelhecimento da população com deficiência mais elevados: Alentejo (981 idosos deficientes por 100 jovens deficientes), Algarve (792) e Centro (697).

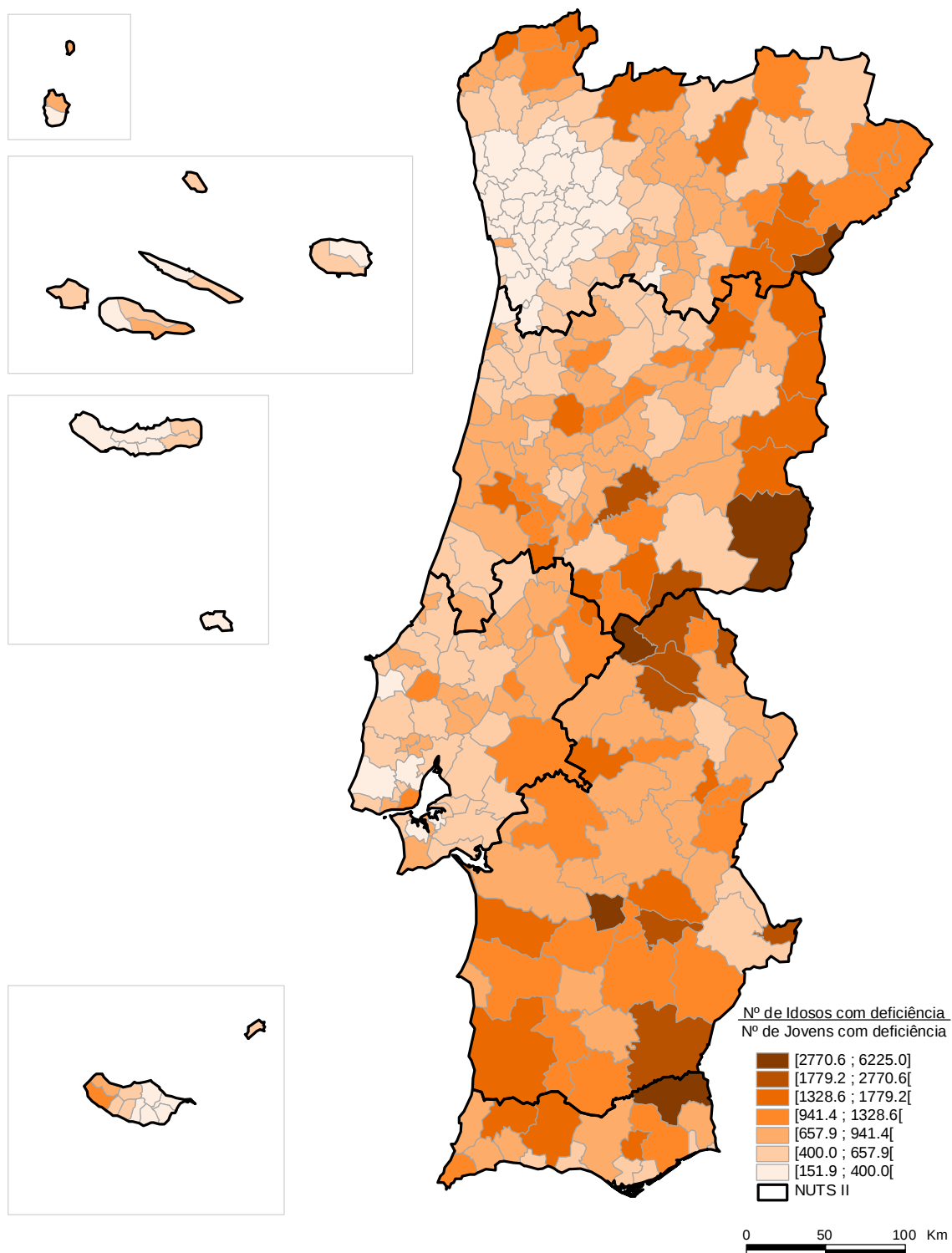
O Alentejo regista os maiores índices de envelhecimento em todos os tipos de deficiência, excepto na deficiência mental e na paralisia cerebral, que pertencem ao Centro, contrastando com os Açores (319), a Madeira (334) e o Norte (404) que observam os índices mais baixos.

Os índices de envelhecimento da população em análise são superiores entre a população com deficiência motora (1356), encontrando-se os maiores valores no Centro (2061), Alentejo (1940) e os menores nos Açores (605) e na Madeira (860).

A população com paralisia cerebral regista os índices mais baixos (157), sendo a distribuição geográfica idêntica à anterior: Açores (120) e Madeira (112) com os valores mais baixos, Centro (229) e Alentejo (198) com os mais elevados.

² Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido nesta análise como a relação entre a população com 65 ou mais anos e a população dos 0-15 anos.

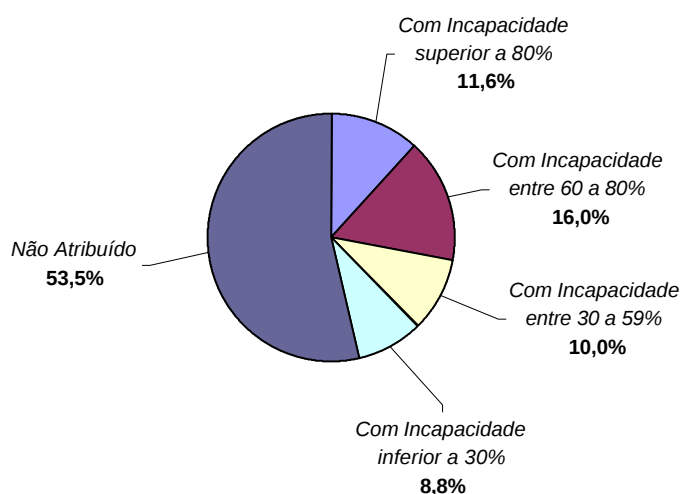
Figura 11 – Índice de envelhecimento da população com deficiência, 2001



⇒ Grau de Incapacidade

Em Portugal mais de metade da população com deficiência não possuía qualquer grau de incapacidade atribuído³ (53,5%). A proporção da população com deficiência com um *grau de incapacidade superior a 80%* era de 11,6%.

Figura 12- População com deficiência segundo o grau de incapacidade atribuído, Portugal, 2001



A nível nacional a principal diferença entre sexos, no que se refere ao grau de incapacidade, dizia respeito ao *não atribuído* com um valor de 57,3% para as mulheres e 50,1% no caso dos homens.

Quadro 1 - População com deficiência segundo o grau de incapacidade atribuído e sexo , Portugal e NUTS II, 2001

	(%)														
	Grau de incapacidade não atribuído			Grau de incapacidade inferior a 30%			Grau de incapacidade entre 30 e 59%			Grau de incapacidade entre 60 e 80%			Grau de incapacidade superior a 80%		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	53,5	50,1	57,3	8,8	10,5	7,0	10,0	10,8	9,1	16,0	17,0	14,9	11,6	11,6	11,7
Norte	52,5	49,2	56,2	9,3	10,9	7,5	10,7	11,5	9,9	15,2	16,4	13,9	12,3	12,1	12,5
Centro	54,6	50,6	59,2	8,4	10,1	6,5	10,5	11,5	9,3	14,8	16,0	13,4	11,8	11,8	11,7
Lisboa e Vale do Tejo	53,1	49,9	56,7	8,8	10,8	6,7	8,8	9,5	7,9	18,2	18,8	17,6	11,0	10,9	11,1
Alentejo	57,0	53,2	60,9	7,9	9,1	6,8	11,0	11,9	10,2	13,2	14,7	11,8	10,8	11,2	10,4
Algarve	57,9	54,2	62,0	8,5	9,6	7,2	9,6	10,3	8,9	13,2	14,3	11,9	10,9	11,6	10,0
R. A. Açores	55,4	51,3	59,6	7,0	8,0	6,0	10,1	10,8	9,4	16,2	18,0	14,3	11,3	11,9	10,7
R. A. Madeira	48,8	49,5	48,2	9,6	9,9	9,4	12,7	13,2	12,2	14,4	14,9	14,0	14,4	12,6	16,2

³ Apenas foi considerado o grau de incapacidade atribuído por uma autoridade de saúde constituída para esse efeito.

O Algarve e o Alentejo eram as regiões onde a proporção da população com deficiência sem grau de incapacidade atribuído era maior (57,9 e 57% respectivamente) e, a importância relativa da que tinha um *grau de incapacidade superior a 80%* era menor. Na Região Autónoma da Madeira a situação era a inversa, com a menor proporção a nível nacional da população com deficiência sem qualquer grau de incapacidade atribuído, e, pela maior proporção da população com deficiência a quem foi atribuído um grau de incapacidade superior a 80%.